

EAD, NOVOS FORMATOS E PRECARIZAÇÃO AGUDA DO TRABALHO DOCENTE

Paulo Hebmüller¹

Leon Rodrigues-Secom



Funcionárias da Prefeitura entregam *tablet* para mãe de estudante

Exclusão digital de grande parcela da juventude, adoção célere de Ensino a Distância, novos formatos de cursos e modalidades de contratos e acentuada precarização da atividade docente são alguns dos aspectos de um retrato realista da educação em tempos de Covid-19 e das “oportunidades” geradas e aproveitadas pelas instituições privadas. Graças à providencial ajuda do MEC na gestão de Abraham Weintraub, até 40% da carga horária total dos cursos já vinham sendo oferecidos na modalidade EaD antes mesmo da pandemia, maximizando lucros das mantenedoras. As universidades públicas, porém, também são engolfadas na onda de “home office” e hibridismo

A promessa foi feita pela Prefeitura de São Paulo assim que ficou claro que a interrupção das aulas presenciais, estabelecida em março de 2020, seria mais longa do que as previsões iniciais: 465 mil *tablets* seriam distribuídos para que os alunos da rede municipal pudessem acompanhar as aulas remotas. Em julho de 2021, menos da metade dos equipamentos — cerca de 200 mil — havia sido entregue, e boa parte deles permanecia guardada nas escolas, sem condições de uso, por falta de *chips* ou da configuração dos aparelhos, [conforme demonstrou reportagem publicada pelo UOL no dia 19/7](#).

Antes mesmo da distribuição, já havia dúvidas entre docentes da rede quanto à capacidade dos aparelhos e à forma como seriam utilizados. “Esse *tablet* vai vir com uma quantidade limitada de dados, e estamos contando que vai acontecer de os alunos consumirem os dados antes de fazer as tarefas. Você vai acusar uma criança que quer ver o *YouTube* no *tablet*? É direito delas se divertir. Esse não é o problema. O problema é a exclusão digital”, disse à *Revista Adusp* uma professora de História, formada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, que leciona em escola da rede municipal na periferia da zona sul de São Paulo.

Exclusão digital, de fato, é um termo-chave para a compreensão da realidade desses alunos, considera a professora. “Eu sabia que existia, mas era completamente ignorante sobre o nível dela. Achava que todo mundo tinha um *smartphone* que fosse ok, mas não tem. E estamos em São Paulo”, aponta.

Assim que as aulas presenciais foram interrompidas, professores e professoras fizeram um esforço coletivo para tentar “apagar incêndios” e ver como dar conta da situação. “A gente dava aula pelo *WhatsApp*”, relata a docente. “Apagar incêndios” significava, por exemplo, atender os alunos depois das 22h ou aos finais de semana.

“Às vezes só há um celular na família, e esses eram os horários em que os alunos conseguiam usá-lo. Não deixávamos de atender, mesmo que fosse muito fora do nosso horário, porque era o momento em que o aluno tinha acesso ao equipamento”, diz. “Sabemos que vamos responder a demandas fora do horário, mas era muito invasivo, de enlouquecer”, define a professora.

As crianças e jovens costumavam acessar a Internet no Centro Educacional Unificado (CEU) do bairro, mas, quando o espaço também fechou por conta da pandemia, essa possibilidade não estava mais disponível. Nessas condições, obviamente, a plataforma *online* oferecida ini-



Estudante da rede municipal de ensino com seu *tablet*

visão”, diz a reportagem, baseada em dados compilados de fontes como a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e levantamentos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão do Ministério da Educação (MEC).

“Antes da pandemia, ao menos 4,3 milhões de estudantes não tinham acesso à Internet, e, durante o ano letivo de 2020, apenas 6,6% das escolas públicas forneceram Internet em

cialmente pela prefeitura foi utilizada por pouquíssimos estudantes.

Demorou muito para que fossem distribuídos os livros didáticos produzidos para utilização nas aulas a distância — “muito mal escritos”, ressalta a professora. Quando conseguiam, os estudantes enviavam, também pelo aplicativo de mensagens do celular, fotos das tarefas que haviam realizado nos livros.

Cerca de metade dos alunos acompanhou as atividades, avalia a docente. “A situação refletiu muito o que já acontecia em sala de aula, mas de uma maneira que nós não tínhamos como conseguir intervir. Isso era muito ruim.” Aqueles que se mostravam mais aplicados nas aulas presenciais seguiram assim, diz. “Mesmo com dificuldade de acesso, eles davam um jeito. Já aqueles em vulnerabilidade e com dificuldade de aprendizado, nós perdemos de vista. Acionamos até Conselho Tutelar, entramos em contato via colegas, tentamos de várias formas, e mesmo assim muitos não aderiram. Foi muito difícil.”

No dia 9 de agosto deste ano, a revista *piauí* publicou dados que apresentam a realidade trágica da educação no país durante a pandemia. “Um terço dos colégios da rede pública não teve qualquer tipo de aula a distância — fosse ao vivo, gravada, pela Internet, pelo rádio ou pela tele-

domicílio para os alunos. (...) E mesmo a reabertura das escolas tem sido marcada por desigualdades: entre os alunos de maior renda, 38% estudam em colégios que voltaram a ter aulas presenciais, enquanto no grupo dos alunos mais pobres a proporção é de apenas 16%”, afirma a revista.

De acordo com o levantamento da *piauí*, no universo de 47 milhões de estudantes matriculados no ensino básico, “os mais pobres e os que vivem em cidades com pouca infraestrutura foram os mais prejudicados”.

Na cidade mais rica do país, o secretário da Educação, principal responsável pelo atraso na entrega de *tablets* prometidos pela Prefeitura aos estudantes do município, é quem declarou “guerra” aos secundaristas em 2015 e ainda responde na justiça por suposto envolvimento na máfia da merenda escolar

Para as crianças das regiões mais pobres da cidade mais rica do país, à evidente necessidade de oferecer melhores condições para o acesso às aulas não corresponderam nem a celeridade nem o devido zelo nas ações da Prefeitura. A compra dos 465 mil equipamentos foi anunciada pela Prefeitura em agosto de 2020, cinco meses após o fechamento das escolas. Em setembro, o Tribunal de Contas do Município (TCM) suspendeu a licitação, liberando-a no final de outubro, após ajustes no edital.

O contrato de R\$ 437 milhões foi assinado em novembro de 2020 com a empresa Multilaser, enquanto o edital para fornecer os *chips* de acesso à Internet foi fechado em janeiro com a assinatura de contratos com a Claro (R\$ 111,7 milhões) e a Oi Móvel (R\$ 13,9 milhões). Na época, o prefeito Bruno Covas (PSDB) prometeu entregar todos os aparelhos até o começo do ano letivo. Em abril, o secretário municipal de Educação, Fernando Padula, anunciou que a entrega dos *tablets* para os alunos da rede municipal só seria concluída em agosto. “A cidade mais rica do país demorou um ano e meio para fazer isso. É inadmissível o que aconteceu”, afirma a professora ouvida pela *Revista Adusp*.

O secretário Padula — nomeado em janeiro de 2021 por Covas, de quem era amigo de infância e padrinho de casamento —, figurinha carimbada nas administrações tucanas em São Paulo, atualmente responde na Justiça Federal a duas ações por corrupção passiva e improbidade administrativa em processos referentes à máfia da merenda, esquema de fraudes e contratos superfaturados na compra de alimentos pelo governo estadual e 22 prefeituras. O prefeito faleceu em maio, em decorrência de um câncer.

De acordo com as denúncias, as irregularidades nos contratos da merenda escolar ocorreram em 2014, durante o governo de Geraldo Alckmin (PSDB). Padula era chefe de gabinete da Secretaria Estadual de Educação na gestão de Herman Voorwald, ex-reitor da Unesp.

No final de 2015, ainda na função, Padula comandou o que qualificou de “guerra” aos secundaristas que ocuparam escolas contra a chamada “reorganização escolar” anunciada pelo governo Alckmin. Chegou a participar pessoalmente de tentativas de expulsar alunos das ocupações, em ações violentas nas quais a PM utilizou bombas e *spray* de pimenta contra os adolescentes. A resistência estudantil obrigou o governo a desistir do projeto, [conforme mostrou reportagem da Revista Adusp em 2016](#). Voorwald deixou a secretaria, e na sequência Padula foi

“premiado” por Alckmin com a nomeação para coordenar o Arquivo Público de São Paulo.

“Já tínhamos problema de estrutura, mas na pandemia todas as contradições ficaram mais dramáticas. Tentamos dar o nosso melhor, mas a resposta não depende só de nós. Precisamos de políticas públicas decentes”, afirma a professora da rede municipal. “A impressão que temos é a de sempre: os gestores são pessoas que nunca entraram numa sala de aula, nunca conversaram com ninguém da educação. Fizeram curso de gestão e não sabem como funciona o chão da escola.”

Do ponto de vista do aprendizado, a professora considera que há problemas de alfabetização em turmas do terceiro ano, reflexo do acompanhamento precário num processo delicado. Em turmas de quinto e sexto ano, surgem deficiências para leituras mais complexas, apontando para “um vácuo de formação que terá que ser sanado no futuro, com políticas específicas de reforço”.

“A pandemia para nós é uma e para o pessoal da favela é outra. As pessoas estão amontoadas, quando alguém pega a doença transmite para todos ao redor, muita gente perdeu o emprego, aposentados que eram o estio da família morreram. Há todo um problema social com impacto na educação, e você vai exigir o que dessas crianças?”, pergunta.

“A gente ouve todo mundo dizer que está triste, e isso acontece com as crianças e adolescentes, que estão tristes também. Há crianças que ficaram órfãs e estão na casa de parentes de terceiro grau. Como ela vai estudar? É heroísmo de verdade”, continua. “As crianças e adolescentes motivadas podem conseguir essa recuperação, mas é necessário haver política pública para que não percam a esperança.”

A professora encontra alento numa entrevista que assistiu de um homem que perdeu três anos de escola durante a guerra na Bósnia (1992-1995). “Ele contou que depois disso houve um esforço e as pessoas conseguiram recuperar essa formação”, afirma.

É uma esperança que dialoga com o que o professor Daniel Cara, docente da Faculdade de Educação da USP, comentou numa postagem em sua conta no Facebook em julho deste ano: “A moda agora é dizer que os estudantes tiveram um ‘prejuízo irreversível’ na pandemia. Prejuízo, sim. Irreversível, jamais. É cruel e antipedagógico marcar o fracasso nas crianças e limitar suas possibilidades de aprendizado. Quem fala sobre educação precisa estudar Pedagogia”.



Anhembi-Morumbi Vila Olímpia

“A pandemia criou a ‘mágica’, a descoberta para os mantenedores de que eles podem fazer enorme economia. Deixar apenas aulas práticas no presencial e colocar as teóricas em salas gigantescas no ensino remoto, com alunos de diferentes unidades ou cidades”. A Portaria 2.117/2019 do MEC autoriza oferecer EaD em até 40% da carga horária total do curso

Enquanto as diferenças de acesso ao ensino remoto entre crianças e adolescentes de classes sociais distintas escancaram e aprofundam ainda mais a desigualdade na educação básica, no ensino superior a pandemia favoreceu a aceleração de processos que já estavam em curso e têm um caráter permanente de mudanças estruturais do sistema, acredita a 1ª secretária da Diretoria do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP), Sílvia Barbara. “No novo modelo, vai haver um enxugamento das aulas presenciais e sua substituição pelo ensino remoto”, afirma.

Esse processo de mudanças estruturais se caracteriza, entre outros fatores, pela entrada do grande capital no

setor e por um movimento de concentração das escolas nas mãos de grandes grupos, transformando a educação superior do país cada vez mais numa atividade empresarial.

Entre as consequências da reestruturação está o corte de pessoal e de postos de trabalho. [Conforme relatou o *Informativo Adusp* em reportagem publicada em julho de 2020](#), naquele final de semestre as instituições de ensino superior (IES) privadas promoveram demissão de docentes em números muito maiores do que os registrados normalmente. Apenas na cidade de São Paulo, os cortes no meio do ano chegaram a 1.627, de acordo com o Sinpro-SP. Isso representa quase a metade (47,6%) das 3.420 demissões totais

do ano, um fato inédito, uma vez que o grosso das dispensas sempre se concentrou no final do segundo semestre. A Universidade Nove de Julho (Uninove) dispensou praticamente a metade de seu corpo docente, algo em torno de 800 professores e professoras. Sílvia Bárbara afirma que essa enxurrada de demissões de 2020 não teve como causas somente a pandemia e a grande perda de alunos alegada pelas mantenedoras, mas “já era uma consequência de uma mudança das normais legais que permitia o aumento da quantidade de aulas a distância no ensino presencial”.

Neste ano, diz a diretora do Sinpro-SP, não houve demissão em massa como em 2020. “Isso comprova que o problema não foi a ‘fuga’ de alunos. As mantenedoras estavam demitindo para montar outro modelo de ensino de graduação”, considera. Com o cancelamento das aulas presenciais, as IES privadas não tiveram gastos com itens como impressão de provas e reduziram drasticamente suas despesas com telefone, luz, água, limpeza, vigilância etc. “A pandemia criou a ‘mágica’, a descoberta para os mantenedores de que eles podem fazer enorme economia. Podem deixar apenas as aulas práticas no presencial e colocar as teóricas em salas gigantescas no ensino remoto, com alunos de diferentes unidades ou cidades”, diz. Ficou evidente portanto, afirma Sílvia, que as instituições optaram por enxugar sua estrutura e manter ou mesmo aumentar a lucratividade.

O instrumento legal decisivo para levar ao aprofundamento desse quadro é anterior à pandemia — [a Portaria](#)

2.117, assinada em dezembro de 2019 pelo então ministro da Educação, Abraham Weintraub — e promoveu uma espécie de “passagem da boiada” na Educação a Distância (EaD) para as IES privadas. A normativa permitiu que as escolas passassem a oferecer “carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais até o limite de 40% da carga horária total do curso”. É o dobro do limite anterior, que era de 20%.

Para o MEC, essa modalidade de aula remota pode ser considerada “presencial” porque alunos e professor estão logados em tempo real, há espaço para perguntas e respostas, apresentação de conteúdo ou trabalhos em *power point* etc. A implantação dos 20% já havia permitido que muitas IES privadas praticamente deixassem de dar aulas presenciais às sextas-feiras, transformada em “dia da EaD”. O ano passado seria o da introdução dos 40% — então veio o terremoto da Covid-19. “As mantenedoras puderam fazer essa experiência não com 40%, mas com 100% de EaD por conta da pandemia”, diz Celso Napolitano, presidente da Federação dos Professores do Estado de São Paulo (Fepesp). “Nesse caso, a pandemia veio aliviar a vida deles e facilitar a experiência de negócio, porque isso na verdade não é uma experiência acadêmica ou pedagógica: é uma experiência de negócios.”

Napolitano chama a atenção para um ponto conceitual importante ao diferenciar a EaD pura — modalidade na qual o aluno faz a opção por um tipo de curso em que acessa o conteúdo no horário em que tiver possibilidade e as aulas são gravadas — e o ensino remoto, com aulas síncronas. Ocorre que as IES vinham aumentando o número de disciplinas em EaD e diminuindo a carga horária presencial, reduzindo por exemplo o número de aulas dos cursos noturnos de quatro para três, valendo-se inclusive do argumento de que São Paulo é uma cidade violenta e é perigoso sair das escolas às 23h.

Como o curso a distância é bem mais barato, essas medidas passaram a encontrar resistência do alunado que havia se matriculado num curso presencial e estava sendo cada vez mais “conduzido” para aulas em ambiente virtual. A pandemia, no entanto, jogou todos para as aulas remotas e fez praticamente desaparecer a resistência do corpo discente, sem outra opção para continuar os estudos.

“Os grandes grupos são muito mais estruturados e aparelhados para utilizar as ferramentas de EaD. Outras



Professor Celso Napolitano

faculdades menores, que estavam começando a pensar nisso, foram obrigadas a passar para o ensino remoto de uma hora para outra com aulas síncronas. E essas incumbências recaíram nos professores”, define o presidente da Fepesp. Coube aos docentes refazer todo o planejamento, trabalhar de sua própria residência, utilizando os seus equipamentos “e ainda procurando uma maneira de ‘entretêr’ aqueles 80 ou cem alunos atrás do computador”. De acordo com o professor, “as universidades gostaram do que viram e perceberam que atrás do computador podem estar cem alunos mas também 200”. Na esteira disso, criou-se uma política batizada com um neologismo: o “ensalamento”, que agrupa um número muito maior de alunos nas salas virtuais para assistir a aulas remotas. “Tanto faz se são 200 ou 600 alunos atrás do computador, dá no mesmo, me disse um mantenedor”, conta Napolitano.

“Grandes grupos, com conivência e cumplicidade do CNE, estão tentando maximizar o lucro à medida que vêm transformando o que seria a possibilidade de ter parte da disciplina em EaD num modelo de EaD total. Isso é estelionato, porque o aluno não se matriculou num curso a distância, mas presencial”

Com a redução do número de aulas presenciais e a junção de diversas turmas num mesmo “ensalamento”, a quantidade de docentes necessários para ministrar as disciplinas também caiu. Um processo que ainda levaria alguns anos para se consolidar acabou ocorrendo em apenas um semestre, e uma de suas consequências foi a onda de demissões na metade de 2020. “Se as universidades tiverem que voltar ao ensino presencial, não tem professor para dar aula e não tem sala para abrigar 300 alunos ao mesmo tempo”, afirma.

Mesmo com a liberação do governo paulista para o retorno às aulas presenciais sem limite no número de alunos a partir de agosto, a maior parte das IES privadas deve manter o ensino remoto no segundo semestre de 2021, com exceção de disciplinas práticas e de laboratório. “Na volta ao presencial, vão ter que reabsorver professores em outras condições, não no número que existia antes, e ainda terão tempo para se organizar para o que vai acontecer a partir do ano que vem”, diz o dirigente sindical. Napolitano revela que há inclusive rumores de que o MEC pode aumentar a carga horária liberada para EaD nos cursos presenciais.

“Grandes grupos, com conivência e cumplicidade do Conselho Nacional de Educação (CNE), estão tentando maximizar o lucro à medida que vêm transformando o que seria a possibilidade de ter parte da disciplina em EaD num modelo de EaD total. Isso é estelionato, porque o aluno não se matriculou num curso a distância, mas presencial”, denuncia. O CNE, por sinal, diz Napolitano, desde o governo de Michel Temer passou a ter seus assentos cada vez mais tomados por representantes do setor privado.

Outro movimento que vem se consolidando entre as IES privadas é o estabelecimento de um “cartel ao contrário”, define o professor, para estipular o teto do valor da hora-aula em R\$ 50,00. Baseadas em interpretações da reforma trabalhista (Lei 13.467, sancionada por Temer em 2017), as mantenedoras estão implantando planos de carreira nos quais posicionam docentes com doutorado ou pós-doc no degrau inicial. As ações judiciais movidas pelas entidades sindicais contra as demissões em massa e outras práticas das mantenedoras têm tido pouca ou nenhuma acolhida, ressalta Napolitano.

A ênfase em EaD enseja a criação de novas modalidades nas quais o docente é uma espécie de “artista” que grava as aulas e tem contrato em separado em relação ao

das atividades presenciais. “São valores aviltantes, mas o professor se sujeita a isso porque, se não fizer, perde as aulas no presencial e no remoto”, diz o dirigente. Em outros casos, docentes aceitam uma grande redução da sua carga horária, e conseqüentemente de salário, para manter o vínculo e com isso preservar alguns benefícios garantidos pela convenção coletiva, como o plano de saúde.

Em abril do ano passado, o grupo Laureate demitiu 120 professores responsáveis pela produção do material para EaD de suas unidades em todo o Brasil. Outros docentes, que trabalhariam nas aulas presenciais mas migraram para o remoto por conta da pandemia, tiveram que acumular os encargos de monitoria e avaliação dos alunos de EaD. “A precarização do trabalho do professor aparece em situações como o número enorme de alunos dos quais ele tem que dar conta”, diz Napolitano.

A mesma Laureate, com doze instituições em sete Estados do Brasil, também ilustra a tendência da concentração do setor em grandes grupos. Em novembro do ano passado, o braço brasileiro da organização internacional, presente em dez países, foi vendido para o grupo Ânima Educação, após disputa acirrada com outros concorrentes. O negócio foi fechado por R\$ 4,4 bilhões. Com isso, a Ânima passou a ter mais de 330 mil alunos no país. Em São Paulo, é proprietária de escolas como a Anhembi Morumbi, a São Judas e a São Paulo Business School.

Na linha “grandes empresas, grandes negócios”, outro caso emblemático do nível de contaminação entre educação, mercado e “novas tendências” veio a público em julho. A operadora TIM e a Kroton Educacional anunciaram “uma parceria para explorar a venda de cursos EaD por meio de um aplicativo” de celular, conforme noticiou o site *Brazil Journal*. A Kroton integra o grupo Cogna Educação e é uma das maiores organizações privadas de ensino no país, com 131 unidades e mais de 700 polos de EaD espalhados por todas as regiões. Com a parceria, a empresa de telecomunicação vai passar a oferecer os cursos para os seus consumidores — utilizando a “bazuca de vendas da TIM, que tem mais de 50 milhões de clientes”, afirma a publicação —, ganhando comissões pelas matrículas que obtiver, com direito a bonificação se alcançar a meta e penalidade em caso contrário.

“Esse é o novo modelo elevado à enésima potência, a sua radicalização total”, define Silvia Bárbara, do Sinpro-SP. Inicialmente focado em cursos livres, o projeto deve “evoluir” para cursos regulares, vendendo a ideia de que



Jorge Paulo Lemann com o vice-presidente Hamilton Mourão (à esquerda na foto) em viagem aos EUA em 2019

o aluno pode estudar onde e quando quiser — no vagão do trem ou do metrô, por exemplo.

“Todos esses movimentos foram apressados pela pandemia”, considera Celso Napolitano. Em sua opinião, é possível até que grupos como a Kroton vendam as operações das escolas e se dediquem somente à oferta do material. Esse já é um dos braços de atuação da Eleva Educação, um dos empreendimentos do bilionário Jorge Paulo Lemann, que possui uma rede de 130 escolas próprias e fornece material de sua “plataforma” para um universo de cerca de 185 mil alunos. No início deste ano, a Eleva adquiriu 51 escolas da Cognia. A pandemia, afinal, também proporciona janelas de oportunidades para os negócios: “Todas as crises por que eu passei foram duras e eu sofri, não sabia como chegaria ao fim, mas alguma oportunidade apareceu”, disse o bilionário num evento *online* em abril do ano passado, ainda nas primeiras semanas da chegada do novo coronavírus ao Brasil.

Com a redução das atividades presenciais e a aposta na ampliação da EaD, o destino dos imóveis ociosos das faculdades passa a ser uma preocupação das IES privadas que pode gerar novas “oportunidades” de negócios, agora para o setor imobiliário.

Para os docentes, próximos e ao mesmo tempo tão distantes desse universo que trabalha com cifras na casa dos bilhões, Silvia Bárbara defende a necessidade de haver uma regulação que lhes assegure o mínimo de proteção num momento em que cada vez mais direitos são retirados dos trabalhadores — caso da Medida Provisória 1.045/2021, aprovada na Câmara dos Deputados em agosto e encaminhada ao Senado, onde acabou sendo derrubada após grande pressão do movimento sindical.

Espécie de nova reforma trabalhista, entre outras medidas deletérias o texto reduzia o valor do pagamento de horas extras para várias categorias e criava uma modalidade de contrato de trabalho no qual o empregado não teria carteira assinada e não haveria contribuição para a seguridade social ou fundo de garantia.

“Na educação, não é só trocar o presencial por *online*. Há mudanças com a criação de cursos modulares, que não são oferecidos com carga semestral ou anual. Todas essas questões têm impacto na procura ou dispensa de professores e em novos modelos de contratação”, afirma Silvia. “Os empresários estão querendo coisas cada vez mais flexíveis. Um dos sintomas disso foi a demora na assinatura da convenção coletiva. O problema não era o reajuste salarial, mas sim haver uma convenção mais compatível com essa ideia de flexibilidade que as empresas gostariam de ter.”

O professorado está trabalhando num contexto de precarização muito mais intenso. Objetivamente, expande-se a jornada para além do tempo regular e custos do trabalho foram repassados à (ao) docente. Do ponto de vista subjetivo, simbólico, há uma invasão da privacidade

Ao contrário do que veicula parte do senso comum, alegando que os docentes têm trabalhado menos porque “estão em casa”, o que já poderia ser encarado como uma expressão da tal “flexibilidade”, o fato é que a rotina de trabalho aumentou neste ano e meio de chegada da Covid-19. A defesa desse ponto de vista foi feita por Jean Henrique Costa, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), [em live sobre o ensino remoto na pandemia promovida pela Associação dos Docentes da Unesp \(Adunesp\) em junho deste ano.](#)

“Os professores estão trabalhando num contexto de precarização muito mais intenso, tanto do ponto de vista objetivo quanto subjetivo, emocional. Objetivamente, expande-se a jornada para além do tempo regular e vários custos do trabalho foram repassados para o professor — de energia, de equipamento, de Internet etc. Do ponto de vista emocional, simbólico, há uma invasão da intimidade e da privacidade, e nem todos estão preparados para isso”, ressalta Costa.

A possibilidade de que as aulas sejam gravadas e de que alguns trechos possam ser editados para provocar eventuais perseguições aos docentes, na linha das ações dos militantes da “Escola sem Partido”, foi outro problema apontado por Costa no debate. “Como dar uma aula de sociologia do trabalho sem ter uma perspectiva crítica do atual governo? Isso é um receio. Tenho colegas que não falam nada. Todas essas coisas intensificam a precarização do trabalho docente, e estamos imersos nela. O professor está trabalhando e adoecendo.”

Na avaliação do docente da UERN, a adesão às tecnologias para as aulas remotas foi uma contingência provocada por um contexto excepcional, mas não pode ser transformada em regra sob pena de reforçar um projeto maior de desestruturação da educação presencial e da precarização do trabalho docente.

Assim como outros entrevistados para esta reportagem, Costa acredita que “a pandemia está virando um grande laboratório para o capital privado melhorar as suas plataformas e antecipar em muitos anos a hegemonia do teletrabalho”. “Para o capital privado que investe em educação foi excelente e, para o Estado, ensinou a flexibilizar e precarizar ainda mais o trabalho docente. O capital vem precarizando nosso trabalho num ritmo cada vez mais acelerado”, afirma.



Professor Jean Henrique Costa

Uma das características do período da pandemia é o reforço da figura dos “multitarefairos”. Em sua visão, parte da categoria vem se tornando “performática”, característica de “uma enfermidade estrutural do capitalismo de desempenho”. Outra parte adere a essa postura por defesa contra as acusações de que os professores estão trabalhando menos.

Jean Costa considera que a lógica da mercadoria e do ensino mercantilizado, própria da educação privada, está adentrando também o espaço do ensino público, fazendo com que as instituições se vejam cobradas, interna e externamente, a ter cada vez mais cursos na modalidade a distância. “A lógica da EaD vai permanecer após a pandemia, e aí cabe às universidades públicas repensar até que ponto e em que medida esse trabalho remoto é interessante para elas”, ressalta.

O professor Lalo Watanabe Minto, docente da Faculdade de Educação da Unicamp — que também participou do debate, mediado pela professora Dayse Iara dos Santos, vice-presidenta da Adunesp —, avalia que a adoção generalizada de atividades remotas e teletrabalho num primeiro momento parece um imperativo para responder a uma demanda oriunda da impossibilidade da realização de atividades presenciais. “Porém, junto a isso há um conjunto de consequências relacionadas ao fato de que as tecnologias utilizadas já possuíam o seu contexto de produção anterior, não tendo sido criadas agora”, alerta.

“Tudo o que já movimentava o uso das tecnologias na educação vem com a pandemia de forma generalizada, e agora de fato [as empresas] estão coletando intensamente dados de tudo o que a gente está fazendo e vão tirar proveito disso. Já estão tirando, para além desse uso propriamente do serviço, que começa gratuito. Mas então você se acostuma e começa a ser cobrado”, diz Minto. O professor ressalta ainda que há uma forte tendência de tratar a tecnologia como “neutra”, discurso recorrente na história e mais uma vez invocado agora.

Duas tendências podem se consolidar no futuro próximo:

- 1) “reposicionamento do trabalho docente no interior das atividades universitárias”, que deixa de ser central nos processos formativos;**
- 2) grande salto ao chamado hibridismo, que passa a ser nova concepção de formação, alinhada às pedagogias das competências**

O docente chama a atenção para o fato de que, na Unicamp, “houve um nível de adesão quase automática dos colegas e da instituição ao processo”. “A gente vê a suspensão abrupta de nossas normas convencionais de trabalho e de funcionamento institucional e isso não abala a estrutura, pelo contrário, a reforça, o que soa até contraditório”, diz.

As “vantagens” do teletrabalho citadas pelos colegas geralmente se referem a fatores como “não precisar sair de casa”, “ajustar melhor os horários”, “ampliar os recursos didáticos com a mediação tecnológica”, “possibilidade de inovar” etc. “São todas formas ilusórias”, considera Minto. “Esses recursos criam a falsa ilusão de que estamos no controle, e isso é um item muito forte: a performance por fazer um discurso positivo, ‘ver o lado bom’. Até gente crítica está falando isso”, diz. “Essa falsa

ideia de autonomia vai desde o fato de achar bom não gastar gasolina para ir ao trabalho até o mais comezinho, como fechar a câmera na reunião chata do departamento e achar que está tirando alguma vantagem com isso.”

O docente considera que “o mais temerário” é adaptar-se a essas posturas via “rebaixamento das finalidades do nosso trabalho” — além das questões políticas, como a desmobilização refletida na própria categoria, processo anterior que parece ter se intensificado no período da pandemia.

Minto elencou no debate algumas tendências que podem se consolidar no futuro próximo. A primeira, já em curso, é a que chama de “reposicionamento do trabalho docente no interior das atividades universitárias”, ou seja, o deslocamento da centralidade do trabalho docente nos processos formativos “e a sua substituição por coisas como ambientes virtuais de aprendizagem e as flexibilizações curriculares, esse sem-número de trabalhos hierarquizados que vão compondo parte da formação dos estudantes”.

A segunda é um salto muito grande para “o que o pensamento dominante chama de ensino híbrido ou educação híbrida”. Na sua avaliação, é um modelo que vai para além da mescla do presencial e EaD e envolve uma mudança geral na própria forma dos cursos, suas propostas formativas e currículos. “O hibridismo passa a ser uma nova concepção de formação, bastante alinhada com as chamadas pedagogias das competências, e elas são altamente esvaziadoras do ensino, do conteúdo, da centralidade do trabalho docente”, define.

O setor privado de alguma forma até fetichiza o uso das tecnologias na educação, e a linguagem expressa isso, como se as tecnologias é que fossem formar as pessoas, ressalta. Curiosamente, para muitas áreas da atividade humana parece haver “um pé atrás” em relação ao uso intensivo da tecnologia, mas para a educação, não. “Para que haver o professor se posso acessar sozinho o conhecimento disponível?”, pergunta.

Uma terceira questão tem a ver com a universidade sendo cobrada a repensar suas próprias formas de inserção social no contexto de uma sociedade capitalista periférica que reprimizou sua economia e que de muitas maneiras abriu mão de qualquer perspectiva de autonomia na produção de ciência e tecnologia.

“O que é a universidade nesse quadro? Ou colocamos isso como questão essencial ou não há muito o que fazer e vamos sucumbir a essas tendências dominantes”, afir-

ma Lalo Minto. Em sua visão, é necessário trabalhar para sobreviver ao ensino remoto, e não para adaptar-se a ele. “Temos que fazer o confronto crítico com a sociedade, como dizia Florestan Fernandes. Senão, a universidade sucumbe às forças dominantes.”

Dado o contexto, é oportuno recordar o depoimento do professor Rubens Barbosa de Camargo, docente da Faculdade de Educação da USP, à reportagem do *Informativo Adusp* que abordou a onda de demissões nas instituições privadas em 2020. Na sua avaliação, o ensino presencial continua sendo o que tem melhor qualidade. “Educar, mesmo no ensino superior, não significa só estabelecer relação entre conteúdo, aluno e professor. É uma proposta de estabelecer relações com a realidade, fazer pontes, demonstrar que aquilo que está sendo trabalhado são teorias ou métodos de verificação que de certa maneira você não consegue só com as pessoas lendo e interagindo com o papel ou com a tela. É necessário haver um momento de discussão e de proximidade para tirar dúvidas de uma maneira mais apropriada e levantar questões que muitas

vezes surgem na hora da aula. O bonito da aula é que ela tem a ver com o artesanal: aquilo que a pessoa adquiriu de conhecimento, de prática, de postura, de visão de mundo que de certa maneira é revelado na relação com o aluno e que também forma o aluno, que pode discordar da sua leitura de mundo, da sua maneira de interpretar o problema e encontrar soluções mais interessantes. Nessa interação é que acontece o processo de educar”, considera.

Camargo enfatiza que a pandemia revelou com mais clareza a extrema desigualdade que vivemos no Brasil em áreas como saúde, transportes, habitação, condições de vida em geral — “e na educação também”. “O capital é o grande problema. Ele enxerga isso também como oportunidade”, diz o professor. “Em lugar de ver possibilidades para tentar superar as condições da desigualdade, boa parte desses gestores entende que essa condição é a mais propícia para lançar novos produtos, na perspectiva de conquistar a hegemonia que eles tanto querem. Se a gente naturalizar essa desigualdade, aí estamos perdidos. Será a plena realização desse projeto de mercado”.

Notas

1 Jornalista. Integra a equipe da *Revista Adusp* e do *Informativo Adusp*.